

ANEXO UM

REGULAMENTO INTERNO DA ASSOCIAÇÃO

LLD - APDII - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DESIGNERS INDEPENDENTES DE ILUMINAÇÃO

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º Denominação e Natureza

A LLD - APDII - Associação Portuguesa de *Designers* Independentes de Iluminação, adiante designada por *LLD - APDII*, é uma pessoa colectiva de direito privado sem fins lucrativos, que se destina a organizar profissionais independentes na área do design de iluminação - *lighting designers* - que compartilhem uma apreciação e fascínio pela luz e pela arte do design de iluminação. É ainda identificada pelo seu logótipo no anexo 1º deste documento.

Artigo 2.º Sede e Duração

A LLD - APDII tem a sua sede na Rua Professor Hernâni Cidade, n.º 3, 6-D, 1600-630 Lisboa, freguesia de Lumiar, e constitui-se por tempo indeterminado.

Artigo 3.º Objecto

A associação tem por objecto:

- a) A educação e a promoção do design de iluminação;
- b) Actuar como interlocutor e facilitador de diálogo entre os associados e outras associações, técnicos e entidades públicas ou privadas;
- c) Defender e divulgar boas práticas do design de iluminação.

Artigo 4.º Prossecução dos objectivos sociais

Na prossecução dos seus objectivos sociais, a Associação propõe-se:

- a) Comunicar informações sobre os aspectos das boas práticas de iluminação aos associados, à comunidade de iluminação e aos utilizadores, através de todas as suas actividades;
- b) Promover a arte e a ciência de iluminação junto dos associados e de outras organizações profissionais, da indústria e do público, através da criação de eventos, programas informativos, acções de formação e oportunidades de *networking*, tanto a nível nacional como da comunidade internacional;
- c) Contribuir, de forma isenta e independente, para a participação activa e empenhada dos cidadãos no desenvolvimento da comunidade, para que tal seja por eles reconhecida como uma componente indispensável da vida em sociedade;
- d) Promover protocolos e parcerias nacionais e internacionais com associações congéneres ou de natureza diferente;
- e) Promover e divulgar boas práticas de cidadania activa e urbanismo, de forma a aumentar o conhecimento dos cidadãos na área do design de iluminação e, assim, melhorar a sua capacidade de discussão sobre essa área;
- f) Encorajar o acesso e a estreita colaboração na plataforma *online* da Associação LLD e aproveitar o conhecimento e as oportunidades que cada um poderá partilhar dentro do grupo;
- g) Defender e promover a transparência dos órgãos públicos, no que diz respeito às intervenções na cidade e vida urbana, nomeadamente através da divulgação de planos e projectos relevantes;
- h) Discutir e apoiar o desenvolvimento de projectos de órgãos públicos, no que diz respeito às intervenções sobre iluminação em edifícios, na cidade e na vida urbana em geral;
- i) Actuar como catalisador de acções que levem os cidadãos a serem os próprios agentes de mudança nas áreas onde vivem, de preferência, mas não exclusivamente, em colaboração com as autarquias locais e entidades privadas;
- j) Estar presente em acções de *design* de iluminação a nível nacional e internacional;
- k) Promover, junto de entidades públicas e privadas, a obtenção de recursos ou de patrocínios

necessários à consecução dos seus fins;

l) Promover e incentivar a coordenação e a colaboração entre todas as entidades com objectivos compatíveis e conjugáveis com os fins desta associação;

m) Contribuir para a criação de um ambiente, construído ou paisagístico, planeado, equilibrado, e sustentável nas vertentes artística, social, ambiental e económica;

n) Fomentar a participação activa dos cidadãos nos objectivos prosseguidos pela Associação, de forma a contribuir para a criação de uma comunidade de designers de iluminação líder e extraordinária, dedicada a promover a arte e a ciência de iluminação com qualidade para os seus membros, organizações profissionais e público em geral.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

Artigo 5.º Dos Associados

1. A LLD – APDII é constituída por um número ilimitado de associados.

2. O processo de admissão de associados será feito conforme definido no Regulamento da Associação.

3. A LLD – APDII admite a existência de associados individuais e colectivos.

Os associados colectivos poderão ser qualquer empresa da indústria, comércio e ou distribuição de produtos e sistemas de iluminação, que deverão mandar expressamente, para cada Assembleia Geral, o seu representante.

4. Os associados podem ter as seguintes categorias:

a) Fundadores - São os aderentes à data de aprovação dos presentes estatutos.

b) Efectivos - São os que, posteriormente, adiram à LLD – APDII e que se dividem em “*Fellow*”, “*Profissional*”, “*Activo*”, “*Participante*”, e “*Iniciado*”, a saber:

i. “*Fellow*” - Os Associados Efectivos que têm um grau académico em Design de Iluminação e um mínimo de vinte anos de experiência em regime de exclusividade, excepto quando a outra actividade é o ensino da área da especialidade.

É um associado que, pela sua longevidade, será conhecido internacionalmente, sendo importante a sua ligação à Associação para a divulgação e imagem da Associação. Fica isento do pagamento de quotas.

ii. “*Profissional*” - Associados Efectivos que têm um grau académico em Design de Iluminação e, pelo menos, dez anos de experiência em regime de exclusividade, excepto quando a outra actividade é o ensino da área da especialidade. A sua quota anual corresponde a cem por cento da quota do Associado Efectivo, ou seja, de 60 (sessenta) euros.

iii. “*Activo*” - Associados Efectivos que têm um grau académico em Design de Iluminação e, pelo menos, cinco anos de actividade profissional em regime de exclusividade, excepto quando a outra actividade é o ensino da área da especialidade.

A sua quota anual corresponde a cem por cento da quota do Associado Efectivo, ou seja, de 60 (sessenta) euros).

iv. “*Participante*” - Associados Efectivos que têm pelo três anos de experiência num gabinete de Design de Iluminação ou, frequenta ou já frequentou, uma formação de design de iluminação. A sua quota anual corresponde a cem por cento da quota do Associado Efectivo, ou seja, de 60€ (sessenta euros).

v. “*Iniciado*” - Associados Efectivos que têm um grau académico em Design de Iluminação ou menos de três anos de actividade profissional em regime de exclusividade, ou equivalente - como por exemplo, participou num *workshop* de iluminação a nível internacional ou já foi convidado para participar numa conferência a nível internacional ou possuem experiência em *Design* de Iluminação. A sua quota anual terá uma redução de trinta e três por cento do valor da quota do Associado Efectivo, ou seja, de 20€ (vinte euros).

c) Observadores - São os que se encontram motivados a se relacionarem-se com a área profissional do Design de Iluminação. A sua admissão será avaliada pela Direcção da Associação caso a caso. A sua quota anual tem um agravamento de cinquenta por cento da quota do Associado Efectivo e, portanto, no valor de 90€ (noventa euros).

d) Beneméritos - São os indivíduos ou pessoas colectivas que se destacam por proporcionar apoios à LLD – APDII. Será distinguidos pela Assembleia Geral. Estão isentos do pagamento de quotas.

e) Honorários - São personalidades cuja acção notável na área da especialidade é reconhecida

pela Associação. Serão distinguidos pela Assembleia Geral e estão isentos do pagamento de quotas.

5. Os *designers* de iluminação que trabalhem directa ou indirectamente na indústria de comercialização de produtos e sistemas de iluminação, não poderão associar-se à Associação LLD - APDII de forma individual.

6. Qualquer associado pode, nos termos do Regulamento Interno, sofrer pena de suspensão ou expulsão, a ser deliberada pela Direcção.

Artigo 6.º

Direitos dos Associados

São direitos dos Associados:

- a) Eleger e ser eleito para os órgãos sociais da associação, exceptuando os Associados Observadores, Beneméritos e Honorários;
- b) Ser informado das actividades da LLD - APDII e participar nas mesmas;
- c) Participar nas Assembleias Gerais e apresentar propostas, moções e requerimentos, exceptuando os Associados Observadores, Beneméritos e Honorários.
- d) Requerer a convocação de Assembleias Gerais nos termos do artigo 11.º dos Estatutos da Associação, exceptuando os Associados Observadores, Beneméritos e Honorários;
- e) Apresentar à Direcção propostas, críticas ou sugestões que julgarem convenientes;
- f) Recorrer para a Assembleia Geral de decisões tomadas pela Direcção, exceptuando os Associados Observadores, Beneméritos e Honorários;
- g) Participar em grupos de trabalho ou comissões criadas pela Direcção e pelos restantes membros da LLD - APDII;
- h) Estar inscrito e participar na *mailing-list* interna dos associados da LLD - APDII;
- i) Votar em assembleias gerais, tendo cada associado, seja individual ou colectivo, direito a um voto, exceptuando os Associados Observadores, Beneméritos e Honorários.

Artigo 7.º

Deveres dos Associados

São deveres dos Associados:

- a) Cumprir as disposições dos estatutos e do Regulamento Interno da LLD - APDII;
- b) Exercer com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que foram eleitos;
- c) Colaborar com todas as iniciativas que concorram para o prestígio e desenvolvimento da Associação;
- d) Veicular aos órgãos sociais da LLD - APDII qualquer informação de interesse para a prossecução dos objectivos da Associação;
- e) Pagar a quota anual nos valores e termos definidos no Regulamento Interno da LLD - APDII.
- f) Actualizar a informação sobre a sua actividade profissional como *Designer* de iluminação independente a cada cinco anos.

Artigo 8º

Pagamento de quotas

1. As quotas da LLD - APDII são pagas de acordo com a qualidade do Associado e com o determinado pelos Estatutos.

2. A primeira quota que se paga à LLD - APDII é obrigatoriamente anual. Só após este pagamento é que se obtém o estatuto de sócio da LLD - APDII. Exceptuam-se os Associados *Fellow*, Benemérito ou Honorário, que obtêm imediatamente o estatuto de associado da LLD - APDII.

3. Após um ano, enquanto associado da LLD - APDII, o sócio passa a poder pagar a quota dividida por semestres.

4. O não pagamento das quotas, por mais de um semestre, obriga o associado a justificar por escrito à Direcção, com carácter sigiloso entre ambos, a razão deste incumprimento. Se a razão for aceite, o sócio fica dispensado da contribuição devida até à caducidade da razão impeditiva, após a qual deve restituir o valor em falta. Todavia, não poderá esta dispensa ser superior a dois anos, que prevê suspensão automática após esse prazo. Se a razão não for validada pela Direcção da LLD - APDII, o associado fica imediatamente suspenso da Associação.

Cada cinco anos, os Associados terão que fazer prova da continuidade da sua actividade como *lighting designers* independentes enviando toda a documentação que a Direcção da LLD solicitar – APDII, sob pena de deixarem de ser Associados Efectivos e passarem a Observadores.

Caso um Associado deixe de exercer a sua actividade, com a plena independência declarada nos Estatutos e no Regulamento Interno da Associação, deverá informar, por escrito, a Direcção da Associação deixando, automaticamente, de ser um Associado Efectivo da Associação LLD- APDII.

Artigo 9º

Candidatura a Sócio e Documentação

O sócio entregará uma candidatura a sócio da LLD – APDII, conforme requisitos definidos pela Direcção.

A Direcção terá 6 meses para deliberar sobre a candidatura do membro e, sendo este aceite, definir em que qualidade de membro o mesmo se associa.

Artigo 10º

Convocação da Assembleia Geral

1. A Assembleia Geral deve ser convocada nas circunstâncias fixadas pelos Estatutos. Reúne ordinariamente, pelo menos uma vez por ano, para aprovação do relatório de actividades e contas e, de dois em dois anos, para eleger a Direcção, a Mesa da Assembleia Geral e o Conselho Fiscal.

2. A Assembleia será ainda convocada sempre que a convocação da mesma seja requerida, com um fim legítimo, por um conjunto de associados de pelo menos vinte por cento (20%).

3. A Assembleia Geral será convocada pela Mesa da Assembleia Geral, com a antecedência mínima de quinze dias até à data da Assembleia Geral. Será convocada por *mailing-list* e através do Fórum e nela indicar-se-á o dia, hora e local da reunião e a respectiva ordem de trabalhos.

III CAPÍTULO

REGULAMENTO DISCIPLINAR

Artigo 11º

Definição

Qualquer Associado que incorra numa das seguintes situações dentro da Associação poderá ser alvo de um processo disciplinar:

- 1 - A agressão física a outro ou outros associados;
- 2 - A difamação ou injúria à LLD – APDII e / ou a outros associados ou um associado. Uma acusação sem provas de facto constitui difamação ou injúria à LLD – APDII, aos Órgãos da Associação da LLD – APDII ou a outros associados, ou associado;
- 3 - O acto de provocar voluntariamente prejuízos monetários à Associação;
- 4 - O prejudicar moralmente a Associação externamente ou internamente, com actos, palavras, objectos ou imagens racistas, de cariz político e/ ou religioso e ainda de pornografia;
- 5 - O danificar dolosamente os bens da LLD – APDII;
- 6 - O não cumprimento dos compromissos assumidos dentro da Associação, sem apresentação da devida justificação;
- 7 - A utilização dos meios da LLD – APDII para fins alheios à Associação, sem o expresse consentimento da Assembleia Geral ou Direcção da mesma;
- 8 - A apropriação de ideias e projectos que não sejam da sua autoria;
- 9 - O não pagamento de quotas atempadamente.

Artigo 12º

Sanções

1 - Todas as sanções emanam da Direcção e/ ou da Assembleia Geral, sendo esta última soberana sobre a primeira.

2 - Todas as sanções carecem de um processo disciplinar concluído.

3 - As sanções aplicáveis são:

- a) Repreensão escrita e divulgada a todos os associados: sanção é aplicada pela Direcção e aceite ou anulada, posteriormente, pela Assembleia Geral.
- b) Suspensão temporária: sanção é aplicada pela Direcção e aceite ou anulada, posteriormente, pela Assembleia Geral.
- c) Expulsão: sanção é da exclusiva responsabilidade da Assembleia Geral.

Artigo 13º

Processo Disciplinar

1 - O processo disciplinar é mandado instaurar pela Direcção e inicia-se com o envio de uma Nota de Culpa escrita ao associado em questão, com conhecimento do Presidente da Assembleia Geral, por cópia da mesma.

2 - O associado que recebe uma nota de culpa, pode contestar o conteúdo da mesma, também por escrito, dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Geral. Esta réplica deverá ser feita num prazo máximo de dez dias úteis após a recepção da Nota de Culpa da Direcção.

CAPÍTULO IV

REGULAMENTO ELEITORAL

Artigo 14º

Capacidade Eleitoral

Gozam de capacidade eleitoral todos os associados com as quotas em dia à data das eleições.

Artigo 15º

Data das Eleições

Será divulgado o local, a data e a hora da Assembleia Geral onde se realizarão as eleições, com a antecedência mínima de 15 dias através do Fórum na Internet e da *Mailing List* da LLD - APDII.

Artigo 16º

Apresentação das Candidaturas

1 - Cada associado apenas pode concorrer numa lista a um cargo dos Órgãos Sociais da Associação.

2 - A apresentação das candidaturas efectua-se até 15 dias após a convocatória das eleições, entregando o mandatário (candidato a Presidente da Direcção) de cada lista ao Presidente da Assembleia Geral, os seguintes documentos:

- a) Uma lista de candidatos a todos os cargos dos Órgãos Sociais, identificada por uma letra do alfabeto, sendo considerado o mandatário desta o candidato a Presidente da Direcção;
- b) As Declarações de Aceitação de Candidatura de cada candidato;
- c) O Programa de acção da lista.

Artigo 17º

Verificação das Candidaturas

1 - Após dois dias da recepção das candidaturas, o Presidente da Assembleia Geral deverá notificar as listas, através do seu mandatário, da regularidade das mesmas.

2 - No caso de eventuais irregularidades, os candidatos das listas nestas condições terão mais dois dias para as corrigir. Findo o prazo, se a irregularidade persistir, a lista é considerada inválida.

Artigo 18º **Publicação das Listas**

As listas de candidatos e respectivos programas de acção deverão ser divulgados a todos os associados através do Fórum na Internet e da *Mailing List* da LLD - APDII, pelo menos 10 dias antes das eleições, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Artigo 19º **Assembleia Geral Eleitoral**

1 - A Assembleia Geral Eleitoral será presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, auxiliado por, pelo menos, um dos Secretários da Mesa da Assembleia Geral e um representante de cada lista concorrente.

2 - A Assembleia Geral Eleitoral terá a duração mínima de duas horas.

Artigo 20º **Caderno Eleitoral**

1 - Deverá ser elaborado, pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral ou Secretário da mesma, um caderno eleitoral com todos os associados em condições de votar.

2 - O Caderno Eleitoral deverá ser lido antes do início das eleições e deverá ser preenchido durante as mesmas, identificando quem exerce o direito de voto.

Artigo 21º **Urna Eleitoral**

1 - A Urna Eleitoral deverá ser uma caixa não transparente onde serão colocados os boletins de voto pelos associados da LLD - APDII.

2 - A Urna Eleitoral deverá estar sempre vigiada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, auxiliado por pelo menos um dos Secretários da Mesa da Assembleia Geral e um representante de cada lista concorrente.

Artigo 22º **Boletins de Voto**

1 - O Boletim de Voto conterá por ordem alfabética as listas concorrentes, com um quadrado igual e vazio à frente de cada lista.

2 - Cada Associado receberá o número de Boletins de Voto a que tem direito pelos Estatutos da LLD - APDII.

3 - Os Boletins de Voto deverão ser preenchidos com um X no quadrado da lista que desejam ver a ocupar os cargos dos órgãos sociais da associação, dobrados em 4 partes e colocados dentro da Urna Eleitoral.

Artigo 23º **Voto por Correspondência**

Os associados que não possam estar presentes na Assembleia Geral Eleitoral e queiram exercer o seu direito de voto, deverão fazê-lo solicitando ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, pelo menos dez dias antes da data da referida assembleia, os boletins de voto a que têm direito. Deverão depois preenchê-los, dobrá-los regularmente e reenviá-los em envelope fechado para o Presidente da Mesa da Assembleia Geral que os abrirá após começo das Eleições, procedendo como se tratasse de um voto de um votante presente, isto é, preenchendo o caderno eleitoral e colocando o voto na Urna Eleitoral.

Artigo 24º

Divulgação dos Resultados

1 - Os resultados das eleições deverão ser anunciados oralmente na Assembleia Geral, que decorre logo após contados os votos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, auxiliado por pelo menos um dos Secretários da Mesa da Assembleia Geral e um representante de cada lista concorrente.

2 - Não pode a Assembleia Geral Eleitoral ser encerrada sem estar lavrada, lida e aprovada por maioria, a acta da mesma.

3 - No prazo de dez dias deverão ser anunciados os resultados eleitorais em todos os actuais meios de comunicação da Associação.

Artigo 25º

Efeitos Eleitorais

Os novos responsáveis pelos cargos dos órgãos sociais da Associação terão de tomar posse dos mesmos em data a determinar pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral e de acordo com o prazo a definir pelos Estatutos da Associação.

Artigo 26º

Casos Excepcionais

No caso de não existirem listas concorrentes aos Órgãos Sociais da LLD - APDII, os Órgãos Sociais deverão ser ocupados por associados da LLD - APDII que se proponham voluntariamente para o efeito e após discussão e votação em Assembleia Geral dessa proposta.

CAPÍTULO V

REGULAMENTO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Artigo 27º

Obrigatoriedade dos meios de comunicação

A Associação deve sempre dispor de meios de comunicação/ media em suporte digital ou papel, nomeadamente escritos e/ ou fonogramas e/ ou videogramas, de fácil acesso para os seus associados e para o público em geral, a fim de comunicar interna e externamente.

Artigo 28º

Responsáveis pelos meios de comunicação

Os responsáveis pela criação e/ ou manutenção desses media devem ser escrutinados pela Direcção e os seus responsáveis terão que cumprir e fazer cumprir os Regulamentos específicos para cada plataforma, aprovados conforme a última deliberação em Assembleia Geral, sobre esta matéria.

Artigo 29º

Moderação

a) No caso de algum associado incorrer nas situações prevista no 2º Capítulo, Artigo 5º, deste Regulamento, ao utilizar os meios de comunicação da associação, deverão os responsáveis destes apagar ou corrigir a situação da forma possível e comunicar a infracção de imediato à Direcção para que esta faça cumprir o Regulamento Disciplinar da Associação.

b) Um não associado da LLD - APDII poderá ser advertido sobre o que não pode fazer, ser censurado e/ ou mesmo proibido de utilizar os meios de comunicação da LLD - APDII, sempre que os responsáveis desta assim entendam que é adequado ao individuo em causa.

c) Qualquer outro tipo de conteúdo da autoria de um associado, diferente dos referidos na alínea a) deste artigo, nomeadamente crítica a uma pessoa, sócio ou não, órgão da associação, associação, instituição, desde que o mesmo seja assunto da LLD - APDII, não pode ser alvo de censura. Todavia, se este conteúdo for considerado polémico e possível de confusão com a política oficial da Associação, nomeadamente do decidido em Assembleia Geral ou pela Direcção, poderá e deverá esta última autorizar os responsáveis dos meios de comunicação da associação a colocar um carimbo datado no início desse conteúdo, com o seguinte texto: "o conteúdo desta mensagem é da exclusiva responsabilidade do associado, no exercício da liberdade de opinião a que tem por lei direito, mas de modo nenhum é a opinião oficial da LLD - APDII ou compromete a mesma".

CAPÍTULO VI

REGULAMENTO DOS MEIOS FINANCEIROS E SUA UTILIZAÇÃO

Artigo 30º **Receitas**

Constituem receitas da Associação, designadamente:

- a) O produto das quotizações fixadas pela Assembleia Geral;
- b) Os rendimentos dos bens próprios da Associação;
- c) As receitas das actividades da Associação;
- d) As liberalidades aceites pela Associação;
- e) Os subsídios que lhe sejam atribuídos.

Todos os patrocínios e fundos serão feitos por transferência bancária ou por cheque dirigido a LLD/Associação Portuguesa Independente de designers de iluminação.

Artigo 31º **Patrocínios e angariação de fundos**

1. As liberalidades aceites pela Associação referidas na alínea d) do Art. 30º deste Regulamento dividem-se entre Patrocínios e Apoios de Parceiros a nível nacional e internacional.

- a) Os Patrocínios constituem valores monetários obtidos em favor de publicidade ou divulgação nos diferentes meios de comunicação da Associação;
- b) Os Apoios de Parceiros constituem apoio de cariz logístico ou outro qualquer apoio não monetário cuja finalidade seja auxiliar a Associação na prossecução dos seus objectivos sociais. O apoio de parceiros pode ser estabelecido por protocolo, a criar para cada caso específico, se necessário.

2. Todos os membros dos Órgãos da Associação poderão tomar a iniciativa junto de patrocinadores para as actividades da Associação LLD, mediante autorização expressa de um Membro da Direcção. Todas as diligências para a formulação do patrocínio será, igualmente, formalizada pela Direcção da Associação LLD.

Artigo 32º **Despesas**

- a) O trabalho dos Associados na LLD - APDII é voluntário e não remunerado exceptuando situações pontuais, a serem deliberadas pela Direcção da Associação.
- b) A LLD - APDII deve fazer-se representar em eventos nacionais e internacionais de interesse para a afirmação da comunidade de designers de iluminação portugueses, através do pagamento na sua totalidade (se obtiver patrocínio específico para essa presença). Essa participação de, pelo menos, um elemento da Direcção da Associação, será ponderada pela pertinência da mesma e deliberada pela Direcção em função da disponibilidade financeira da Associação.
- c) A LLD - APDII pode apoiar a participação dos Associados Efectivos em eventos nacionais e internacionais de interesse para a formação activa dos seus membros. Essa participação,

devidamente ponderada pela pertinência da mesma, será deliberada pela Direcção da Associação em função da disponibilidade financeira da Associação e após candidatura devidamente justificada do Associado.

d) A LLD - APDII poderá criar uma bolsa de estudos para a formação superior de futuros profissionais na área do Design de Iluminação mediante uma selecção do Associado Efectivo a cursos de *Lighting Design* que a Direcção avaliará, em função da disponibilidade financeira da Associação e após candidatura devidamente justificada do Associado da LLD.

1 de Outubro 2016.